



DIÁRIO

da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

COMISSÃO PERMANENTE

ACTA DA REUNIÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 1988

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente e da entrada na Mesa de dois votos e de uma carta do Presidente da República.

Foi aprovado um relatório da Subcomissão da Comissão Permanente sobre substituição de um deputado do PCP.

A Sr. ^a Deputada Ilda Figueiredo (PCP) criticou a política económica do Governo no domínio dos salários e da execução orçamental, assim como alguns aspectos do relacionamento institucional com a CEE, sugerindo que a Comissão Permanente convidasse o Sr. Ministro das Finanças a estar presente à sua próxima reunião para prestar esclarecimentos.

O Sr. Deputado Marques Júnior (PRD) abordou o processo de revisão constitucional em curso, tendo respondido, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Lopes Cardoso e Jorge Lacão (PS) e Narana Coissoró (CDS).

A Sr. ^a Deputada Maria Santos (Os Verdes) criticou e responsabilizou o Governo pelo evoluir do processo de ampliação do Campo de Tiro de Alcochete.

O Sr. Deputado João Amaral (PCP) trouxe de novo à colação questões decorrentes do incêndio do Chiado e da necessidade de adopção de medidas legislativas por parte da Assembleia. No

fim, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Correia Afonso (PSD), na sequência dos quais intervieram também, a diverso título, os Srs. Deputados Lopes Cardoso e Jorge Sampaio (PS).

O Sr. Deputado Lopes Cardoso (PS) anunciou a apresentação pelo seu partido de um pedido de interpelação ao Governo sobre questões económicas.

Ordem do dia. — A Assembleia aprovou uma declaração relativa ao debate havido no Parlamento Europeu sobre a situação de Timor-Leste, tendo intervindo os Srs. Deputados Carlos Encarnação (PSD), Narana Coissoró (CDS), João Amaral (PCP), Jorge Lacão (PS), Maria Santos (Os Verdes) e Marques Júnior (PRD).

Foi rejeitado um requerimento apresentado pelo PCP propondo que fosse dirigido um convite ao Sr. Ministro das Finanças no sentido de tomar parte nos próximos trabalhos da Comissão Permanente a fim de prestar esclarecimentos sobre diversos aspectos da política económica do Governo. Fizeram declaração de voto os Srs. Deputados Ilda Figueiredo (PCP), Mendes Bota (PSD), Eduardo Pereira (PS) e Marques Júnior (PRD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Vítor Pereira Crespo (PSD).
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira (PSD).
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu (PS).
 José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP).
 António Alves Marques Júnior (PRD).
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação (PSD).
 Carlos Miguel Maximiano de A. Coelho (PSD).
 Domingos Duarte Lima (PSD).
 Fernando Dias de Carvalho Conceição (PSD).
 Fernando José Roque Correia Afonso (PSD).
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira (PSD).
 José de Almeida Cesário (PSD).
 António Paulo Martins Pereira Coelho (PSD).
 José Júlio Vieira de Mesquita (PSD).
 José Mendes Bota (PSD).
 Manuel José Dias Soares Costa (PSD).
 João Domingos F. de Abreu Salgado (PSD).
 Mário Júlio Montalvão Machado (PSD).
 Miguel Bento Costa de Macedo e Silva (PSD).
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD).
 António Poppe Lopes Cardoso (PS).
 Carlos Cardoso Lage (PS).
 Eduardo Ribeiro Pereira (PS).
 Jorge Fernando Branco Sampaio (PS).
 Jorge Lacão Costa (PS).
 Manuel Alfredo Tito de Moraes (PS).
 Maria Ilda Costa Figueiredo (PCP).
 João António Gonçalves do Amaral (PCP).
 Narana Sinai Coissoró (CDS).
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho (PRD).
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos (PEV).

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um *telex* da comissão de trabalhadores da COMETNA referindo o problema que neste momento ocorre naquela empresa em termos de despedimentos e solicitando ao Sr. Presidente da Assembleia da República que lhe conceda uma audiência.

Foram, entretanto, apresentados dois votos, um do PRD e outro do PCP, sobre o incidente ocorrido no Parlamento Europeu relativamente à questão de Timor-Leste.

Deu também entrada na Mesa uma carta de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, que é do seguinte teor:

Estando prevista a minha deslocação a França entre os dias 21 e 25 do corrente mês de Setembro, em viagem sem carácter oficial, para, em Paris, presidir à inauguração da exposição da pintora Maria Helena Vieira da Silva no Grand Palais, venho, nos termos do artigo 132.^º, n.º 2, da Constituição, dar conhecimento à Comissão Permanente da Assembleia da República.

Finalmente, há um relatório de parecer da Subcomissão da Comissão Permanente, que é do seguinte teor:

Relatório e parecer da Comissão Permanente

Em reunião da Comissão Permanente realizada no dia 15 de Setembro de 1988, pelas 15 horas, foi observada a seguinte substituição de deputado:

Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP):

João António Gonçalves do Amaral (círculo eleitoral de Lisboa) por José Manuel dos Santos Magalhães. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c do n.º 2 do artigo 5.^º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de quinze dias, a partir do dia 16 de Setembro corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral..

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

Pela Subcomissão da Comissão Permanente,
(Assinatura ilegível.)

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação o relatório que acabou de ser lido.

Pausa.

Visto ninguém pretender usar da palavra, vai proceder-se à sua votação.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, caso haja acordo, gostaria de sugerir que iniciássemos os nossos trabalhos com a apreciação dos dois votos apresentados sobre a questão de Timor-Leste.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, julgo conveniente que todos os grupos parlamentares disponham do texto dos votos, o que não acontece porque há um que ainda está a ser distribuído.

Entretanto, estão inscritos os Srs. Deputados Ilda Figueiredo, Marques Júnior, Maria Santos, João Amaral, Jorge Sampaio, Lopes Cardoso e Carlos Encarnação.

Pausa.

Srs. Deputados, julgo que houve troca de impressões entre os grupos parlamentares sobre a questão dos dois votos apresentados, portanto, enquanto aguardamos o desenvolvimento dessa troca de impressões, dou a palavra à Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É sabido que o Governo estabeleceu, no início do ano, limites para a evolução salarial, obrigatórios para o sector público administrativo e empresarial e indicativos para o sector privado, com base numa taxa de inflação que o Governo previu de 6%.

Só que, como todos sabemos, as previsões de inflação do Governo foram já ultrapassadas em 50% e hoje a única dúvida legítima que pode colocar-se é a de saber se a taxa de inflação do corrente ano será inferior à de 1987.

O que é mais grave é que, por este facto, centenas de milhares de trabalhadores, quer da função pública, quer de empresas do sector público, registam uma evolução negativa nos salários reais.

Por outro lado, inadmissivelmente, o Governo e os conselhos de gestão das empresas públicas persistem, ainda hoje, no estabelecimento de aumentos salariais inferiores à taxa de inflação — como sabem, neste momento estão a ocorrer situações complicadas nesse sentido, nomeadamente nos CTT.

Desta forma, o Governo está a impor, pelo terceiro ano consecutivo, uma diminuição da participação das remunerações do trabalho no rendimento nacional. O próprio acordo de rendimentos e preços foi já denunciado pelo sector sindical que o negocou por incumprimento por parte do Governo.

Além disso, a Assembleia da República não teve, até hoje, qualquer informação do Governo sobre a execução do Orçamento do Estado para 1988, nomeadamente no que se refere à chamada dotação concorrencial, que consideramos inconstitucional e sobre a qual há lamentações de vários membros do Governo, feitas, nomeadamente, em comissões da especialidade. Por outro lado, essa dotação concorrencial ainda está a ser objecto de apreciação de constitucionalidade no Tribunal Constitucional.

Esta falta de informação à Assembleia da República quanto à execução orçamental é tanto mais significativa quanto estamos em vésperas de apresentação do Orçamento de Estado para 1989 — que naturalmente o Governo deve estar a preparar —, que dentro de dias tem de ser entregue aqui, na Assembleia da República.

Há igualmente uma total falta de informação por parte do Governo sobre as questões relativas à política da Comunidade Europeia quanto aos problemas institucionais e outros assuntos relevantes, tais como as negociações e directivas em preparação na CEE, nomeadamente quanto à harmonização fiscal, à construção do mercado interno, ao orçamento e aos fluxos financeiros.

Nesta situação, consideramos necessário que haja urgentemente uma informação à Assembleia da República, pelo que propomos que, para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Regimento da Assembleia da República, se convide o Sr. Ministro das Finanças a participar nos trabalhos da próxima reunião da Comissão Permanente.

É esta a proposta que deixamos aqui à consideração dos Srs. Deputados e do Sr. Presidente de forma que sejamos todos informados sobre as questões que acabámos de levantar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Farei uma curta intervenção ainda referente ao problema da revisão constitucional.

Depois de um período em que naturalmente houve um abrandamento da actividade político-partidária, somos chegados a uma fase em que as estratégias se afinam em ordem a testar quem é que se coloca na melhor posição da linha de partida para mais um ano de actividade política. Pensamos que esta situação não só é natural como é positiva se se tiverem em conta os interesses nacionais e não só o de saber quem mais alcança em termos de pessoas ou de grupo.

Vem isto a propósito da revisão constitucional. É opinião generalizada e consensualmente assente que uma das tarefas mais importantes da V Legislatura é a revisão constitucional.

De facto, e independentemente dos projectos apresentados e das prioridades, a revisão constitucional vai marcar esta legislatura. É um processo legislativo tão importante como determinante para o futuro de todos nós. No entanto, apesar de oficialmente decorrer ao nível de uma comissão criada para o efeito, ela parece estar a ser «cozinhada» ao nível dos dois maiores partidos (o PS e o PSD), que são aqueles que, em conjunto, perfazem os dois terços necessários. Esta preocupação — pela maneira como as coisas se passam, apesar de o PS, em duas reuniões com o PRD, nos ter dado alguma informação — tem sido várias vezes «denunciada» porque não pode ser no secretismo dos «estados maiores» partidários que uma questão desta relevância deve ser tratada. O remeter à Assembleia da República para um papel meramente formal não significa a democracia nem o papel fundamental que só a ela compete.

O secretismo tem sido de tal modo que os restantes partidos políticos e, em especial, os cidadãos não sabem o que vai acontecer, quando vai acontecer e como vai acontecer. E, a fazer fé nos órgãos de comunicação social, atinge-se agora a situação caricata de a negociação ser tão secreta que se escondeu dos próprios negociadores, os quais já não sabem o que estão e se estão sequer a negociar.

Risos do Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS):

A imagem que é, pois, veiculada para a opinião pública relativamente a uma questão fundamental para a vida dos Portugueses é, no mínimo, de um deficiente e improvisado «negócio» que parece ter mais a ver com a luta pelo poder de grupos, à margem, portanto, do interesse nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós acreditamos sinceramente na responsabilidade e na boa-fé dos dirigentes do PS e do PSD, mas pensamos que a imagem que está a ser dada não significa o processo de revisão da Constituição, nem os deputados nem o órgão a quem compete fazer essa revisão e que é naturalmente a Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos inscreveram-se os Srs. Deputados Lopes Cardoso, Jorge Lacão e Narana Coissoró.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Deputado Marques Júnior, é apenas para perguntar-lhe se acha que os encontros que o Partido Socialista teve com o PRD a propósito da revisão constitucional constituem manobras à margem da Assembleia ou da opinião pública?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Deputado Marques Júnior, quem o ouviu falar tão preocupado com os encontros que terão decorrido entre o PS e o PSD — e, como acabou por referir, não apenas entre o PS e o PSD mas também entre o PS e os demais partidos com representação parlamentar — ficaria na convicção de que o PRD está extremamente motivado e empenhado na Comissão de Revisão Constitucional. Ora, nós verificamos pela assiduidade bastante relativa, para não dizer fraca, do PRD nessa Comissão que se alguém não está em condições de dar o seu melhor contributo para os trabalhos dessa Comissão tem sido, afinal de contas, o próprio PRD, por razões que naturalmente só ao PRD dizem respeito.

Sendo assim, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Marques Júnior se, no fundo, também da parte do seu partido há a convicção de que se vai empenhar melhor do que até aqui nos trabalhos futuros da Comissão Eventual de Revisão Constitucional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Sr. Deputado Marques Júnior fez algumas considerações cujo teor geral não podemos deixar de apoiar.

Numa democracia aberta, como é a nossa, tratando-se de um processo que diz respeito a todo o País e principalmente a toda a Assembleia da República e não apenas a alguns partidos — e o facto de se dizer que o PS e o PSD fazem dois terços dos votos pode não ser verdade, porque pode haver concurso de outros partidos... isso significaria uma disciplina de voto tão rígida, tão rígida, que o PS dela não tem dado provas, até hoje... —, o que é condenável é que, à margem do processo, se dêm a conhecer ao público peripécias que em nada significam a revisão constitucional como, por exemplo, quando a opinião pública toma conhecimento de que uma carta teria sido entregue no gabinete de um alto dirigente do PSD e o PSD nega tê-la recebido; o PSD queixa-se de que já deu respostas e o PS diz que não. Ora, estas respostas, estas perguntas, estas cartas trazidas à praça pública, naturalmente merecem uma censura por parte dos outros partidos e forças políticas. Ninguém está impedido de travar as negociações que quiser — naturalmente, que todos os partidos podem ter...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, concedi-lhe a palavra para pedir esclarecimentos, mas julgo que V. Ex.^a está a fazer uma declaração, à margem da ordem de inscrições.

O Orador: — Não estou, não!

Como eu estava a dizer, nenhum partido está impedido de ter as conversações que quiser, onde e como quiser; simplesmente, quando estas conversações, que dizem respeito ao interesse nacional fundamental, são trazidas pelos porta-vozes dos partidos à comunicação social e à opinião pública, V. Ex.^a tem razão em perguntar porque é que determinados aspectos caricatos são trazidos à opinião pública e outros são mantidos em secretismo.

Era isso que V. Ex.^a queria dizer na intervenção que fez ou acha que há problemas de secretismo que realmente devem ser trazidos ao conhecimento da Assembleia da República porque extravasam o domínio do que é lícito esperar das conversações internas dos partidos?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Se os Srs. Deputados Lopes Cardoso e Jorge Lacão não levarem a mal, vou começar por responder ao Sr. Deputado Narana Coissoró dizendo que, de certo modo, explicitou algumas das preocupações que, de forma mais ou menos telegráfica, tive o cuidado de referir na intervenção. E para que não restem dúvidas, gostaria de dizer que há duas questões que, do nosso ponto de vista, devem ser sublinhadas e que são distintas. Uma delas tem a ver com a legitimidade que têm todos os partidos para fazer as conversações que entenderem, encontrar as plataformas de entendimento que entenderem quanto às questões que consideram de interesse mútuo e específico. Pois bem, não é isso que aqui está em causa; aliás, eu próprio disse que o Partido Socialista teve o cuidado e a gentileza de contactar o PRD, de ter conversações também com o PRD e, inclusivamente, de dar-nos parte das conversações que tem desenvolvido com o Partido Social-Democrata.

Outra coisa é a «imagem». Para não falar de questões que eventualmente estejam a ser «negociadas» de uma forma secreta e que extravasam ou não aquilo que deve ser natural entre dois partidos que dialogam, mas que não é do nosso conhecimento — e sobre isso não posso pronunciar-me; quanto muito, poderei manifestar algum receio, alguma preocupação, que poderá, eventualmente, ser desvanecida por aquilo que digo na parte final da minha intervenção e que é acreditar na responsabilidade e na boa-fé dos dirigentes de ambos os partidos. Uma coisa que me preocupa especialmente (e foi isso que procurei dar tónica na minha intervenção) é a «imagem» que do exterior é reflectida em termos da comunicação social, aquela que é estendida ao cidadão em geral e que parece relegar, de uma forma quase absoluta, para um plano secundário a Assembleia da República e a Comissão criada pela Assembleia da República para tratar destas questões. É evidente que esta imagem é fortalecida e ganha credibilidade quando pequenos *faits divers*, eventualmente importantes — mas não estou em condições de analisar da sua importância, porque os desconheço —, vêm no jornal, tornando esta situação um pouco mais complicada.

Creio que respondi às questões colocadas pelos Srs. Deputados Narana Coissoró e Lopes Cardoso. Concretamente e de uma forma específica, relativamente

mente à pergunta do Sr. Deputado Jorge Lacão quanto à assiduidade do PRD, penso que essa é uma questão que, apesar de tudo, podia não ser aqui invocada a propósito da minha intervenção mas, porque não quero fugir à questão, devo dizer que é uma assiduidade que responde à gestão possível que o PRD consegue fazer face às várias solicitações que tem, sendo a da revisão da constituição uma solicitação especial. O nosso empenhamento é de tal modo grande que, inclusivamente, tivemos o cuidado, face ao número reduzido de deputados que temos, de fazer uma substituição especificamente para este efeito e que tem dado um contributo que, do ponto de vista técnico, é válido e reconhecido por todos os partidos com assento na Comissão Eventual da Revisão Constitucional.

Portanto, o empenhamento do PRD é total e é dado em todas as circunstâncias em que ele é pedido, mas é um empenhamento que tem de ter uma correspondência real, objectiva e proporcional ao número dos seus deputados.

Não podemos, naturalmente, conforme gostaríamos e desejariam, dar um contributo correspondente a, por exemplo, 150 deputados, porque isso é objectiva e humanamente impossível.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamentavelmente temos, mais uma vez, de trazer a esta reunião da Comissão Permanente a situação do Campo de Tiro de Alcochete.

De facto, o processo do seu alargamento já entrou numa fase adiantada de concretização, com o início da construção de uma nova torre de controle de, aproximadamente, seis andares, a concluir no prazo de seis meses nos terrenos já expropriados.

Esta acção vem contrariar os pressupostos que levaram à constituição em 21 de Abril de 1988 de uma comissão governamental composta pelos representantes dos Ministérios da Defesa Nacional, do Planeamento e da Administração do Território e da Agricultura, Pescas e Alimentação para estudar alternativas à sua localização, custos dessas alternativas e estudo do impacto ambiental. Essa comissão governamental tinha um prazo de 90 dias, que expirou em 21 de Julho, para apresentar um relatório sobre as eventuais consequências do referido projecto, o que não aconteceu até à data, ficando-se, por outro lado, com a certeza de que esta comissão nem sequer terá chegado a funcionar, atitude que refutarmos de muito grave, pelo desrespeito face às expectativas criadas na opinião pública quando da sua criação, pela sua evidente ineficácia, pela enorme fraude que o Governo arranjou para desviar as atenções, para ganhar tempo, para dizer que ia resolver (quando na verdade não era essa a sua intenção) para viabilizar no maior secretismo o projecto do alargamento.

O Governo agiu de má-fé perante todas as organizações que participaram e fizeram crescer um movimento de opinião que exigia um estudo prévio de impacto ambiental, provocado pela construção de infra-estruturas susceptíveis de afectarem o ambiente e a paisagem, exigido, aliás, pela própria Lei de Bases do Ambiente e pela directiva comunitária sobre estudos de impacte, e a garantia de que uma estratégia de desen-

volvimento do País não deve esquecer os níveis mais adequados de acção, criando os mecanismos que assegurem a integração das políticas de crescimento económico e social com a conservação da natureza.

Movimento de opinião que, protestando contra as políticas armamentistas, a destruição ou inutilização de terrenos de cultura e pinhais, sobretudo o montado de sobre, de excelentes aptidões para a silvo-pastorícia, e a cinegética da região, exige também a segurança e bem-estar para as populações daquela zona, que já hoje, como todos sabem, se vêem confrontadas com situações extremamente nefastas para a sua saúde.

Têm os Srs. Deputados conhecimento de todo este processo, levantado, aliás, pela primeira vez pelo Partido Os Verdes nesta Assembleia, em Setembro de 1987, altura em que denunciávamos o despacho ministerial que expropriava parcelas envolventes ao actual campo de tiro declarando-as de «utilidade pública urgente». Despacho muito preocupante para todos os que conhecem a localização do referido campo, área circunvizinha da Reserva Natural do Estuário do Tejo, considerada a zona húmida mais importante de Portugal e uma das melhores da Europa, figurando na lista do Convénio de Ramsar de 24 de Março de 1980, que Portugal ratificou. Essa reserva infelizmente ficaria ameaçada, sobretudo com a perturbação das aves que aí nidificam, se alimentam, abrigam ou descansam durante as migrações, sendo mesmo provável o progressivo desaparecimento das espécies mais sensíveis, à medida que se for intensificando o ruído e a utilização do espaço aéreo da reserva.

Convirá lembrar que qualquer efeito negativo para a sobrevivência destas aves atentará contra as Convenções de Bona e Ramsar, que protegem as espécies migradoras e as zonas húmidas.

Com o evoluir do processo, Srs. Deputados, aumentam as preocupações dos ambientalistas, mesmo dos que acreditaram que as tomadas de posição públicas do anterior e actual Secretário de Estado do Ambiente iriam prevalecer e que a defesa do ambiente iria ser determinante na opção a tomar pelo Governo.

Infelizmente as apreensões que Os Verdes, desde o inicio, tiveram sobre a opção deste governo foram pertinentes e os factos deram-nos razão. Os responsáveis governamentais pela área do ambiente não tiveram capacidade para fazer reunir o grupo de trabalho para impedir que, à revelia das conclusões a tirar desse estudo, os militares consumassem as expropriações previstas e iniciassem já as obras de ampliação.

Mais uma vez, é claro que o ambiente para este governo é uma flor emblemática que se coloca e tira da lapela, consoante as suas conveniências.

Neste sentido, Os Verdes reafirmam a necessidade de que o Governo esclareça a opinião pública acerca das denúncias divulgadas, nos últimos dias, sobre a concretização das obras de ampliação do campo de tiro e preste contas do trabalho realizado e das conclusões a que chegou a comissão constituída para a realização do estudo de impacte ambiental.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou voltar às questões decorrentes do incêndio no Chiado para salientar alguns pontos.

Nos dias seguintes à trágica ocorrência do incêndio do Chiado, todas as forças políticas e sociais se pronunciaram claramente pela adopção de medidas de emergência necessárias para atender à situação. Essas medidas de emergência tinham, desde logo, a ver — e cito algumas — com a garantia das posições jurídicas daquelas que detinham contratos de arrendamento, como é o caso não só de comerciantes como de moradores, a garantia de permanência dos contratos de trabalho, a garantia dos salários, a garantia de que seriam facultados, designadamente à Câmara Municipal, meios de acção que poderiam ir desde a posse administrativa até (e isso foi dito por todas as forças políticas) à expropriação, com vista a evitar especulações e a garantir eficácia e rapidez ao processo de recuperação da zona.

Decorrido já um tempo suficiente para sinalizar a situação, o que está e o que não está a ser feito, o que é facto é que algumas das medidas que na altura todas as forças políticas reclamaram não só não foram tomadas como, em relação a algumas delas, houve já flexões de posição não suficientemente explicadas.

Por outro lado, outras medidas que foram tomadas são insuficientes, como é o caso da garantia salarial que não só não cobre a totalidade do salário como — e isso é central — se reporta só até à data de 31 de Dezembro, sem que haja qualquer razão para isso e sendo certo que até 31 de Dezembro não há qualquer hipótese de garantir o funcionamento das empresas afectadas.

Vemos com preocupação a evolução da situação e podemos até considerar — e chamo a atenção dos Srs. Deputados para isto — que o decurso de um tempo em que não são tomadas as medidas necessárias está a ser visto por alguns como uma forma de tornear vontades claramente expressas no sentido de garantir ao Chiado a sua traça e as suas características, a permanência das empresas, a intensificação da função habitação, que foi subestimada, enfim, tornar a zona do Chiado não só como era no que ela tinha de bom mas melhor naquilo que, em certa medida, até conduziu ao alastramento do incêndio.

Neste quadro era bom que a Assembleia assumisse as suas responsabilidades. Algumas das medidas de emergência, por tocarem matérias do âmbito dos direitos, liberdades e garantias ou do âmbito orçamental tal, são da competência da Assembleia da República e outras como, por exemplo, a alteração do Decreto-Lei n.º 309-A/88, de 3 de Setembro, podem ser efectivadas em sede de processo de ratificação. Aliás, aproveito esta oportunidade para informar o Sr. Presidente de que vamos entregar na Mesa um requerimento para que, nos termos constitucionais, a Assembleia aprecie e altere, em processo de ratificação, o Decreto-Lei n.º 309-A/88, que diz respeito aos salários, designadamente vamos pedir o prolongamento dos salários para além de 31 de Dezembro.

Para que a Assembleia possa cumprir com eficácia e rapidez aquilo que se lhe pede, é necessário que active, desde já, mecanismos para isso. A Comissão Permanente é insuficiente, naturalmente, e o Plenário vai reunir bastante mais tarde. Ora, nestas condições, é necessário encontrar uma comissão ou um mecanismo

de comissão que permita, desde já, proceder às audições, cooperar com as entidades da Administração Pública e outras envolvidas nesta questão e desenhar algumas das medidas que se tornem necessárias.

A constituição de uma comissão mista integrando deputados de várias comissões, como nós propomos, da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família, da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente e a sua activação — note-se que isto não corresponde à criação de uma comissão nova, mas a uma acção conjunta de várias comissões — está dentro das competências desta Comissão Permanente, que pode convocar comissões.

É, pois, no quadro desta competência que solicitamos aos Srs. Deputados que façam aquilo que é necessário e não invoquem razões, sejam de que ordem for, e que não podem ser invocadas, para que tal não seja feito, o que é preciso é pôr a Assembleia, através dos mecanismos adequados, a colaborar, a dar os passos necessários para contribuir para soluções dos problemas que se levantaram com o incêndio do Chiado, para que eles não se percam por ausência de rapidez na resposta.

É este apelo concreto que faço aos Srs. Deputados, consubstanciado na proposta de que a matéria seja agendada na ordem do dia desta Comissão Permanente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A preocupação que o Sr. Deputado João Amaral acabou de exprimir é, na parte que nos toca — e posso afirmá-lo com segurança — partilhada por nós.

Mas creio que o problema, embora toque a solidariedade de todos nós, tem de ser olhado na sua complexidade ou na sua maior largueza.

Tentando ser esquemático, diria que existem aqui dois grandes grupos de interesses: os interesses históricos e culturais e os interesses materiais e nestes situava os interesses dos senhorios, dos arrendatários, sejam comerciantes sejam residentes, e dos trabalhadores.

Creio que há dois princípios que deveríamos enunciar a este respeito: o primeiro é que ninguém deve aproveitar ou tirar lucro dumha situação dramática que a todos nos afligiu e continua efectivamente a preocurar; o segundo é que da resolução das questões em jogo resulte o equilíbrio dos interesses materiais que há pouco tive a preocupação de enunciar.

Somos, portanto, sensíveis a medidas legislativas que salvaguardem os princípios que acabei de enunciar, mas não somos partidários de que estes problemas possam ser resolvidos a correr, porque eles são efectivamente complexos.

Aceito e comprehendo — e agora falando em linguagem de forja — que se deve bater enquanto o ferro está quente e, portanto, devemos olhar para estas questões enquanto em nós ainda existe o trauma profundo do que foi o incêndio no Chiado.

Não devemos deixar passar demasiado tempo, de modo que isso possa contribuir para que fique anulado

ou diminuído o nosso sentido de solidariedade, mas pareceria negativo que nos precipitássemos a resolver situações que merecem ponderação e reflexão.

Dentro destes parâmetros, creio que o que o Partido Comunista acabou de dizer pela voz do Sr. Deputado João Amaral tem, da nossa parte, a correspondente sensibilidade.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pensei que fosse um pedido de esclarecimento...

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, é um pedido de esclarecimento na medida em que adiantei novos pontos que o Sr. Deputado não referiu e, como tal, estou a dar-lhe a oportunidade de dizer se concorda ou não com o que acabei de dizer.

Não o disse expressamente, mas procurando satisfazer o desejo do Sr. Presidente, perguntava ao Sr. Deputado João Amaral se aquilo que acabei de referir, com certa preocupação esquemática, ainda que um pouco simples e primária, tem realmente o seu acordo.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Correia Afonso: A sua declaração foi muito importante, designadamente por manifestar a posição da bancada do Partido Social-Democrata sobre certas questões centrais, em relação às quais manifestei grandes preocupações.

Quando diz, por exemplo, entender que é necessário bater enquanto o ferro está quente, ou seja, não deixar correr o tempo suficiente para que o esquecimento ou o amolecimento leve muitos a não adoptar as medidas necessárias, quando diz que é necessário que as medidas sejam reflectidas, quando diz que é necessário certa legislação que deve ser bem ponderada e ter em conta o equilíbrio entre os diferentes interesses, estou naturalmente de acordo.

Não estarei nem deixarei de estar de acordo, precisamente porque é preciso tempo, no desenho concreto das soluções. Como bem disse o Sr. Deputado Correia Afonso, as soluções têm de ser estudadas, pensadas e como têm de ser estudadas e pensadas, não direi qual é a solução e se nos entenderemos sobre qual é o seu desenho concreto.

Estamos entendidos numa metodologia e se o Sr. Deputado Correia Afonso entende útil que uma comissão comece, desde já, a ouvir e a estabelecer contactos, capaz até de ser solicitada por diferentes entidades para a elaboração de estudos preparatórios com vista às acções legislativas adequadas, congratular-nos-emos com a solução encontrada neste debate.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quem estivesse completamente à margem da discussão já travada nesta Assembleia em torno desta matéria, quer aqui, quer na conferência de líderes, ficaria, de certo modo, com a ideia de que no fundo não se percebe porque é que não se anda para diante, visto que estamos todos de acordo.

O Sr. Deputado Correia Afonso diz: «Sim senhor, é preciso andar sem precipitações» e o Partido Comunista quer andar de imediato...

Ora, vale a pena recordar que o Partido Socialista apresentou, faz hoje oito dias, um projecto de deliberação ao Plenário da Assembleia que não corresponde a nenhuma resposta precipitada. Ao contrário, porque entendímos que era necessário dar uma resposta urgente mas não precipitada, aquilo que propusemos foi a constituição de uma comissão que preparasse uma resposta atempada, estudada e não precipitada.

O Partido Comunista, que hoje vem aqui, e tem o nosso apoio, defender a discussão imediata desta matéria na Comissão Permanente, na conferência de líderes não defendeu o seu agendamento imediato, enquanto o Partido Socialista esteve sozinho a defender o agendamento na última reunião do Plenário, faz hoje oito dias.

Portanto, já perdemos oito dias, não para dar respostas, mas para começar a estudar as respostas e agora não se agenda nada, porque o Regimento o não permite.

Sr. Presidente, não quero entrar na discussão do Regimento e se ele permite ou não que a Comissão Permanente delibre sobre esta matéria.

O que o Partido Socialista diz é que a Assembleia não pode continuar a fingir que quer andar e não anda e tem de dar o exemplo de ser capaz de assumir as suas responsabilidades e atempadamente.

E tudo é simples, Sr. Presidente, se quisermos assumir essas responsabilidades sem entrarmos em discussões processuais.

Por isso, o Partido Socialista propõe que a Comissão Permanente delibre neste momento, nesta reunião, a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia para daqui a oito dias, porque terá inquestionavelmente poderes para discutir esse projecto de deliberação e outros que eventualmente apareçam, e assumir, no quadro das suas responsabilidades, as respostas que se imponham.

Não há desculpa se a Assembleia o não fizer, se a Comissão Permanente não decidir convocar o Plenário para daqui a oito dias, não há desculpas quanto a precipitações, não há desculpas quanto a incidentes processuais.

Sem querer empolar, é esta a questão que aqui levantamos e é este «o desafio» — não queria ser mal entendido, pois nada tem de pejorativo — que o Partido Socialista deixa aqui às outras bancadas: vamos convocar o Plenário da Assembleia da República para que, dentro de oito dias, se debata o projecto de deliberação apresentado pelo Partido Socialista e quaisquer outros que venham a ser apresentados por outros partidos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, embora aquilo que se passa na conferência de líderes seja reservado, penso que é bom dizermos alguma coisa.

Efectivamente, foram apresentados projectos de deliberação antes da última reunião plenária, faz hoje oito dias. Na conferência de líderes que precedeu essa reunião plenária e na que se efectuou esta manhã discutiu-se se a Comissão Permanente tinha ou não competência para deliberar a constituição de uma comissão e

ficámos todos de pensar nisso mais aprofundadamente, para que na próxima reunião da Comissão Permanente, que é de hoje a oito dias, se pudesse decidir. No entanto, se for opinião dos diferentes grupos convocarmos uma conferência de líderes para reflectirmos sobre isso ainda antes, pode fazer-se...

De qualquer modo, julgo que não vale a pena estarmos aqui, no calor das questões, a tomar decisões que competem à conferência, mas estou disponível para convocar uma conferência de líderes quando os Srs. Deputados o entenderem.

O Sr. Deputado Lopes Cardoso pede a palavra para que efecto?

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, a convocação da Assembleia não é da competência da conferência de líderes, mas sim da Comissão Permanente, que é quem delibera ou não.

Portanto, a Comissão Permanente pode, perfeitamente, em nosso entender, deliberar hoje...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu sei. Simplesmente, o que estava a sugerir por outras palavras era que não o fizéssemos, pelo menos, antes de podermos reunir a conferência de líderes, porque uma convocatória extraordinária da Assembleia implica muitas coisas, desde já de ordem administrativa.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 30 de Agosto de 1988, divulgámos as posições assumidas pelos deputados do PCP pelo círculo de Lisboa e uma das propostas que foi feita era a de que «fosse activada urgentemente uma comissão parlamentar mista, composta por deputados de várias comissões», — como as que citei há bocado — «que proceda à audição sistemática de organizações representativas de trabalhadores, comerciantes e moradores, bem como associações de bombeiros, arquitectos de defesa do património e outras organizações sociais que possam dar uma contribuição relevante para adopção de medidas da competência da Assembleia, designadamente legislação especial de emergência e outras medidas a aprovar no âmbito do Orçamento do Estado».

Obviamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tendo nós, em 29 de Agosto, deliberado fazer estas propostas, que divulgámos no dia 30, estaríamos sempre de acordo que o Plenário e a Comissão Permanente deliberassem aquilo que deviam deliberar nesta matéria. Por isso, não compreendemos a observação feita pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso, visto que sempre fomos favoráveis à actividade da Assembleia com rapidez e fomos, aliás, os primeiros a tomar a iniciativa pública — se é que se trata agora aqui de puxar de pergaminhos — em relação a essa matéria.

Sr. Presidente, o que quero dizer é que, conforme ficou combinado, trata-se agora, aqui, de ponderar, de verificar, de discutir se a Comissão Permanente é ou não competente para o fazer. Em nossa opinião é e foi o que defendi, o que aqui exprimi a todos os Srs. Deputados.

Foi esse o sentido da minha intervenção e é nesse sentido que continuo a considerar que em sede desta Comissão Permanente ou, muito urgentemente, temos possibilidade de activar uma comissão que inicie os trabalhos necessários.

Essa é a nossa intenção, é esse o nosso desejo e salientaríamos como positivo que houvesse sinais de resposta adequada, por parte das outras bancadas, que permitisse efectivamente o funcionamento da Assembleia.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Deputado João Amaral, responderei dizendo que se o Sr. Deputado não comprehende a minha questão, em face das posições anteriormente assumidas pelo Partido Comunista, dir-lhe-ei que não comprehendo o silêncio do Partido Comunista então e, assim sendo, não o ponho em causa no momento da conferência de líderes, mas nada disse...

O Sr. João Amaral (PCP): — O silêncio está explicado. Já me expliquei.

O Orador: — Não explicou coisa alguma, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Já expliquei.

O Orador: — Desculpe, não explicou coisa alguma, O Sr. Deputado não está, provavelmente, a falar da mesma coisa, até porque não se encontrava presente na conferência de líderes a que me estou a referir.

O que não comprehendo, em resposta a si, é o silêncio do Partido Comunista quando, fez ontem oito dias, solicitei na conferência de líderes que o nosso projecto de deliberação fosse agendado para hoje e não tive o apoio de qualquer grupo parlamentar, não tendo por isso sido agendado.

Mas nada disto tem importância, nem estamos aqui a puxar pergaminhos. Agora, o que é importante é tomarmos uma decisão e não ficarmos parados.

Portanto, por parte do Partido Socialista, se a Comissão Permanente entender que pode decidir e discutir sobre esta matéria — e entendemos que o pode — vamos discuti-la já; mas se a Comissão Permanente entender que não pode não nos vamos deixar enredar por questões processuais, vamos convocar o Plenário, porque esse, e não há margem para dúvidas, tem poder para o fazer. Não vamos é continuar a perder tempo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, antes de fazer a intervenção para a qual estava, de facto, inscrito, na sequência das questões levantadas pelos Srs. Deputados Lopes Cardoso e João Amaral, gostaria de dizer, porque não há propriamente uma ordem de trabalhos fixa, que o nosso entendimento é o de que não devemos dar por finda esta reunião sem que a Comissão Permanente possa fazer uma de duas coisas: ou deliberar sobre se o projecto de deliberação que deu

entrada na Mesa pode ou não ser debatido por esta Comissão, e se entender que o não pode fazer votar nesse sentido; ou então, sendo a votação negativa, há uma proposta também nossa, no sentido de a Comissão Permanente deliberar sobre se deve ou não convocar a Assembleia da República para os fins que foram apontados pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso.

Sr. Presidente, entendemos que a Comissão Permanente não pode cessar sem que esta questão fique elucidada. Portanto, queria conhecer a opinião de V. Ex.^a ou o parecer da Mesa, no sentido de saber se isto é assim e só depois usaria da palavra, evidentemente, para intervir sobre a matéria para a qual me inscrevi.

O Sr. Presidente: — Penso que o que o Sr. Deputado Jorge Lacão fez foi uma interpelação à Mesa e responder-lhe-ei.

Em face da troca de impressões havida na conferência de líderes, entendo que deverá haver uma conferência antes de a Mesa lhe poder responder. Convocar o plenário é uma decisão que tem de ser ponderada porque tem algumas dificuldades, e nem se pode fazer de um dia para outro. Para decidir sobre se a Comissão Permanente tem ou não competência para aprovar projectos de deliberação, devo dizer que ainda hoje de manhã debatemos esse assunto e as opiniões maioriais eram, embora fôssemos ainda pensar sobre a matéria, no sentido de que a Comissão Permanente não tinha competência.

Portanto, estou conduzido e limitado por aquilo que a conferência de líderes decidiu hoje de manhã.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Apesar de ter sido o Sr. Deputado Correia Afonso o primeiro a pedir a palavra para uma interpelação e de eu ter sido interpelado, penso que é uma continuação de interpelações.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, cedo a palavra ao Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, há uma proposta concreta do Partido Socialista, no sentido de que a Comissão Permanente, e não a conferência de líderes nem a Mesa, assuma uma decisão sobre se pode ou não discutir esta matéria, mas para isso é necessário que os partidos que aqui estão se pronunciem e que haja uma votação no sentido positivo ou negativo.

Se a Comissão Permanente se pronunciar positivamente, vamos discutir, mas se se pronunciar negativamente, o Partido Socialista submete à apreciação da Comissão Permanente a convocatória do Plenário para daqui a oito dias, após a qual o Sr. Presidente tomará as providências que entender necessárias, nomeadamente em termos da conferência de líderes, a fim de concretizar essa convocação.

Mas a convocação é da competência da Comissão Permanente, e não da conferência de líderes. Eventual-

mente, se for decidido pela Comissão Permanente convocar o Plenário, então o Sr. Presidente tomará as providências necessárias ao nível da conferência de líderes para que essa convocatória se concretize. Do nosso ponto de vista, não podemos deixar nem continuar a deixar, de maneira alguma, a situação neste pé, que é afinal o pé em que estava quando iniciámos esta discussão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, o que disse é inteiramente verdade. A Comissão Permanente pode decidir convocar imediatamente uma reunião plenária. Simplesmente, o que eu estava a fazer era um apelo, se quiser interrompo a reunião a fim de se fazer uma pequena conferência, para que se medite um pouco sobre as consequências deste acto, que tem algumas implicações, mas que não vale a pena estarmos a discuti-las aqui, neste momento.

Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, entendemos que este assunto é importante, que a Assembleia deve sentir obrigação de examinar e de se pronunciar, mas entendemos também que não é a correr, com pressas, que se pode chegar a sítio algum.

Lamento profundamente que, a respeito de uma tragédia que durante vários dias...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... tanto preocupou e até prejudicou muita gente, se permitam aproveitamentos políticos.

Aplausos de alguns deputados do PSD.

Vozes do PS: — Deixem-se de comédias!

O Orador: — Isto sem ofensa para ninguém, porque também quero resolver os problemas, mas penso que não é a correr apenas porque dizem que tem de ser já.

Isto é muito complicado, Sr. Presidente.

O que se passou em Lisboa foi a destruição de uma parte histórica e há que saber como reconstruí-la, quanto é que custa a reconstrução, como é que os interiores devem ser adaptados ao século XXI, quase ao século XXI, como é que os estabelecimentos lá irão ficar outra vez, como é que os residentes lá ficarão, como é que os senhorios vão pagar ou quais são as contribuições que existem, como é que os arrendatários vão pagar as rendas porque novas rendas têm de ser feitas, quando é que há local para os trabalhadores. E, no meio disto tudo, o Partido Socialista diz: ou é hoje ou é amanhã.

Acho isto efectivamente uma aceleração que para mim, e eu com muita pena o digo, é profunda falta de respeito por aqueles que viram as suas vidas desfeitas...

O Sr. João Salgado (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e querem uma solução, mas não querem demagogia.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Não é nada disso!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não vamos começar com situações complexas sob o ponto de vista processual. A Mesa está a ser interpelada sobre uma matéria que todos reconhecem ser importante.

Para interpelar a Mesa, encontram-se inscritos os Srs. Deputados Narana Coissoró, Maria Santos, Lopes Cardoso e Marques Júnior.

A Mesa informa-me de que o Sr. Deputado Lopes Cardoso pede a palavra para exercer o direito de defesa da honra e da consideração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, pedi a palavra para exercer o direito de defesa porque penso que o Sr. Deputado Correia Afonso, porventura sem o querer, se excedeu, acusando a bancada do PS não só de demagogia mas, mais grave, de falta de respeito por aqueles que foram vítimas do incêndio.

Exerço o direito de defesa para dizer que o Sr. Deputado Correia Afonso se excedeu sem se dar conta, porque se eu entrasse pelo mesmo caminho dos excessos, sem pesar as palavras, diria que falta de respeito por aqueles que foram vítimas do incêndio e, sobretudo, por todos aqueles que correm o risco de situações catástroficas idênticas será a posição de fingirmos que andamos e não andamos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não há nenhuma precipitação por parte do PS, Sr. Deputado Correia Afonso. O PS não pretende que a Assembleia dê alguma resposta amanhã. O PS tem perfeita consciência da complexidade do problema na esfera própria da Assembleia, já não falo sequer na complexidade do problema no seu conjunto. Mas o problema tem aspectos que se entroncam com a actividade da Assembleia e cuja complexidade o PS não ignora.

Portanto, o que o PS propõe não é que a Assembleia venha dar resposta amanhã mas que comece rapidamente a estudar todos estes problemas, alguns deles referidos pelo Sr. Deputado e outros que o não foram, através da comissão que propúnhamos para que se possa rapidamente, mas sem precipitações, depois desses estudos dar as tais respostas.

Não temos as respostas na manga nem as queremos impor. Não queremos é ficar de braços cruzados sem começar a analisar os problemas para que as respostas possam ser dadas cabalmente e sem precipitações.

Não há qualquer demagogia na posição do PS e, muito menos, ainda desprezo por aqueles que foram vítimas do incêndio e por todos aqueles que se encontram em situações semelhantes, porque a proposta do PS — se o Sr. Deputado a leu com atenção deve saber — nem sequer se circunscreve exclusivamente a Lisboa.

Uma voz do PS: — Exacto!

O Orador: — Isto porque, se o caso de Lisboa foi grave, teve também uma dimensão importante que foi chamar-nos a atenção para situações análogas que se vivem e de que não estamos a coberto de que se repetam.

Essas medidas têm de ser tomadas atempadamente, têm de ser tomadas depois de estudadas e é esse estudo que gostaríamos de ver iniciado por esta Assembleia o mais rapidamente possível.

Sr. Deputado, chamar a isto demagogia, precipitação ou falta de respeito só o posso admitir por desatenção da sua parte.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Correia Afonso, para exercer o direito regimental de dar explicações, peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, logo após o uso da palavra pelo Sr. Deputado Correia Afonso, que por uns momentos se reunissem comigo no meu Gabinete a fim de trocarmos algumas impressões.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Pedi a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, embora haja inscrições para interpelar a Mesa, peço ainda aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que nessa reunião se ultimasse um documento que sei estar a ser elaborado por todos os grupos parlamentares.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Estou inscrito para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, estão inscritos *n* deputados para interpelar a Mesa, mas é um pouco para termos a possibilidade de fazer uma pequena reflexão — e não digo que não lhe dou a palavra — que sugiro que, depois da resposta directa à defesa da honra, fizéssemos um pequeno intervalo a fim de nos reunirmos no meu Gabinete.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais quero pedir a todos desculpa pela voz, mas tenho estado áfono e, por isso, tenho uma certa dificuldade em falar.

Sr. Deputado Lopes Cardoso, não faz nem nunca fez parte da minha prática pessoal ou política ofender a dignidade, o bom nome, a honra ou a reputação quer de pessoas quer de partidos. Embora eu considere o PS um partido muito importante e tenha um local especial no alvo a quem eu muitas vezes dirijo as minhas intervenções, não foi ainda desta vez que abri uma exceção.

Portanto, queria expressamente declarar que aquilo que eu disse nunca pode ter atingido esses valores importantes que o Sr. Deputado Lopes Cardoso invocou.

O que quis dizer foi que me pareceu que todos estávamos preocupados com isto. Aliás, só as pedras, os impiedosos ou aqueles que não têm qualquer sentido de solidariedade é que ficam impassíveis com o que aconteceu. Alguns de nós têm especiais responsabilidades em tudo isto, como é o meu caso, que tenho responsabilidades funcionais, porque sou presidente da Assembleia Municipal, como até pessoais, porque estive quase a ver arder o escritório onde exercei a minha profissão liberal.

Portanto, se mais não fosse, por todos esses aspectos dedico toda a minha solidariedade àqueles que sofreram com o incêndio. Não há da minha parte intenção de obstruir, mas sim de construir qualquer coisa que seja válida e não pormo-nos a correr só porque o assunto é importante. Efectivamente, este assunto precisa de reflexão e, principalmente, que todos os partidos, sem ser no próprio Plenário, assentem naquilo que vamos fazer. O diálogo democrático não se passa só aqui, passa-se também lá fora e, às vezes, até é mais produtivo quando não é feito nas próprias bancadas do Plenário, onde muitas vezes estamos a falar para o *Diário*.

Portanto, o que queria dizer, Sr. Deputado Lopes Cardoso, e gostaria que isso ficasse claro, é que da minha parte não houve qualquer ataque à honra, à dignidade ou à reputação do Partido Socialista. Se fui menos feliz nas minhas expressões penitencio-me disso.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, faremos agora uma interrupção dos trabalhos por dez minutos para que os Srs. Presidentes dos grupos parlamentares possam reunir-se comigo no meu Gabinete.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, por que é que de repente no meio de um debate ...
Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu explico. Estão inscritas *n* pessoas sobre a mesma matéria ...

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Pensei que fosse sobre esta matéria.

Além disso, o Regimento da Comissão Permanente é claro quanto ao período de antes da ordem do dia.

Para não estarmos aqui a discutir longamente esta questão, julgo que é muito mais eficiente trocarmos impressões em conferência de líderes e trazermos a questão mais amadurecida. É esta a razão por que quero suspender agora a reunião.

A Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo deseja interpelar a Mesa sobre outra matéria?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — É sim, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — É necessário que seja antes da suspensão?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Exactamente, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra, Sr.ª Deputada!

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, a questão é muito simples.

Para além da minha intervenção, foi entregue na Mesa uma petição no sentido de convidar o Sr. Ministro das Finanças a participar na próxima reunião da Comissão Permanente, a fim de dar informações sobre as questões que aqui levantei.

Uma vez que nem o Sr. Presidente nem os grupos parlamentares se referiram ainda a este assunto, gostaria de saber qual é a opinião da Comissão Permanente, ou seja, se o Sr. Ministro vai ou não ser convidado a participar nos trabalhos da próxima reunião desta Comissão.

Foi por V. Ex.^a ter anunciado a suspensão dos trabalhos, a fim de se reunir a conferência de líderes, que insisti nesta questão, porque penso que ela pode aí ser considerada.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, a minha resposta é muito simples. O vosso ofício «propõe que seja dirigido um convite ao Sr. Ministro das Finanças [...]», mas processualmente e como é hábito terei de eu dirigir-me ao Governo nesse sentido. É um processo normalíssimo e que está regimentalmente previsto.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Narana Coissoró, se também for para interpelar a Mesa sobre outra matéria.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero invocar o Regimento e perguntar a V. Ex.^a qual é a disposição legal que permite ao Presidente, a seu bel-prazer, interromper os trabalhos para intervalo.

Em segundo lugar, ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, vou responder-lhe de imediato.

Não está escrito no regimento da Comissão Permanente, mas no Regimento da Assembleia da República diz que o Presidente pode suspender os trabalhos quando o entender.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Então, não é para fazer o intervalo.

V. Ex.^a prejudica alguns partidos ao ouvir outros sobre uma matéria que interessa a todos e, desta forma, julgo que pode atropelar o Regimento.

Ora, estando nós já sujeitos ao novo Regimento, se ele começa a ser aplicado desta maneira, temos redobradas razões para imaginar o que irá ser a nossa vida durante as reuniões plenárias, principalmente quanto aos pequenos partidos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não tire ilações, pois fui muitíssimo claro. Tem-se feito *n* vezes nesta Casa, quando há dificuldades de entendimento, a suspensão da sessão para se trocarem impressões, continuando depois a discussão seguindo a ordem de inscrições, desde que não haja qualquer preterição.

Tem-se feito isso *n* vezes e até expliquei a razão por que entendia que devia haver antes uma troca de impressões. Além disso, o artigo 9.^º do regimento da Comissão Permanente remete para o Regimento da Assembleia da República as lacunas ou os caos omissores. Ora, o que fiz é permitido no Regimento da Assembleia da República.

É, pois, prudente fazê-lo, pelo que suspenso a reunião por dez minutos, solicitando a presença dos presidentes dos grupos parlamentares no meu Gabinete para trocarmos impressões, se entenderem dever estar presentes.

Está suspensa a reunião.

Eram 16 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, em face da troca de impressões presumo que as inscrições para pedidos de interpelação à Mesa deixou de ter lugar. Dessa forma, depois de eu dar alguns esclarecimentos sobre o que se passou na conferência de líderes, usarão da palavra os Srs. Deputados Jorge Sampaio, Carlos Encarnação e Ferraz de Abreu.

Entretanto, está ultrapassado o período de antes da ordem do dia, embora a contabilidade desse período não esteja a ser feita com toda a exactidão, porque o relógio da Sala, que neste momento não tem ponteiros, vai ser substituído por um outro.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Vão tirar o património do Estado?!

O Sr. Presidente: — Não! Não vão tirar o património do Estado. Mas como era um relógio que se atraava cinco minutos por dia, está a ser preparada uma nova máquina para o relógio mantendo-se, porém, o mesmo mostrador.

Srs. Deputados, na ordem do dia ainda teremos de apreciar um texto que foi elaborado pelos diferentes grupos parlamentares relativamente ao que ontem se passou no Parlamento Europeu sobre a questão de Timor-Leste e tomar uma posição sobre o ofício do PCP, que devemos antes designar por requerimento, relativamente ao convite formulado ao Sr. Ministro das Finanças.

Sobre a matéria que estávamos a analisar imediatamente antes de suspendermos a reunião, ficou estabelecido na conferência e, mais do que na conferência, na troca de impressões que tivemos que, não havendo consenso quanto ao assunto relativo aos projectos de deliberação respeitantes ao incêndio do Chiado, no sentido de serem tomadas hoje decisões, fossem analisados e votados na reunião da Comissão Permanente da próxima quinta-feira, às 15 horas. Isto refere-se tanto aos projectos de deliberação apresentados pelo PCP e pelo PS, assim como outros que eventualmente venham a ser apresentados.

Entretanto, presumo que aqueles pedidos de palavra relativamente à matéria que estava a ser discutida, solicitados pelos Srs. Deputados Narana Coissoró, Maria Santos, Marques Júnior e Mendes Bota, estão ultrapassados.

Nessas circunstâncias, continuaremos com a ordem de inscrições.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer uma precisão dizendo que houve consenso, tal como o Sr. Presidente disse, para que esse assunto fosse discutido na próxima reunião da Comissão Permanente porque não houve consenso para que se discutisse hoje.

Em segundo lugar, e fundamentalmente, quero solicitar à Mesa que aceite a substituição da inscrição do meu camarada Jorge Sampaio pela minha, uma vez que ele teve de ausentarse.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, quanto à primeira parte, também tinha dito isso por outras palavras, isto é, não havendo consenso hoje e havendo-o para o próximo dia implica aquilo que acabou de dizer.

Por outro lado, a solicitação que o Sr. Deputado nos faz é anti-regimental, na medida em que o regimento da Comissão Permanente diz que nenhum deputado pode usar da palavra na reunião mais de duas vezes.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, é possível que já tenha falado duas vezes.

Para não entrar em mais problemas regimentais e se não puder usar da palavra, peço que inscreva o meu camarada Eduardo Pereira, que ainda não falou. Não vamos atropelar o regimento por causa disso!

O Sr. Presidente: — Julgo que toda a Câmara estará de acordo que intervenha um representante do Partido Socialista, a quem dou a palavra.

Pausa.

Afinal, é o Sr. Deputado Lopes Cardoso que vai intervir.

Tem a palavra.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, o PS já anunciou, há bastante tempo, a sua intenção de promover uma interpelação ao Governo sobre questões económicas, em particular em torno da inflação. Aliás, os números dos últimos meses e os revelados hoje confirmaram as observações feitas em torno da matéria e do claro, inequívoco e evidente falhanço da política económica do Governo, nomeadamente neste domínio.

Gostava de anunciar à Comissão Permanente que o Partido Socialista entregou hoje ao Sr. Presidente da Assembleia um pedido de interpelação ao Governo sobre esta matéria, que, nos termos regimentais, seguramente terá lugar na reabertura da próxima sessão legislativa.

Ordem do dia

O Sr. Presidente: — Vamos agora debater a questão dos acontecimentos ontem ocorridos no Parlamento Europeu relacionados com Timor-Leste.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de usar da palavra em relação aos acontecimentos ocorridos ontem no Parlamento Europeu para dizer que se alguma dúvida existisse sobre os esforços indonésios para conter a inevitável reprovação, por parte da comunidade internacional, da sua actuação em Timor-Leste aquilo que se passou ontem no Parlamento Europeu bastaria para a dissipar.

O Governo Indonésio tem procurado convencer grupo a grupo, individualidade a individualidade, tudo e todos, de que a situação em Timor-Leste é normal e de que a anexação do território é irreversível. E tão profícias e impressivas têm sido as suas tentativas que conseguem fazer chegar ao cúmulo do paroxismo os porventura mais fleumáticos parlamentares britânicos.

Passeados por Timor, subitamente conhecedores experimentados de quanto a Indonésia quer dar a conhecer, ignorantes da história e das suas lições, os

Cassidy deste mundo assumem, com a maior facilidade, a postura do títere que não vacila sequer ao insultar os seus pares.

A indignidade de semelhante procedimento quase que não mereceria referência, não fora o caso de o insulto se dirigir a deputados que naquele Parlamento se encontram em representação do povo português.

Assim sendo, sentimos que a todos estes é devida uma palavra de desagravo e de solidariedade que realce o empenho e o valor com que têm lutado pela causa de Timor-Leste e pela dignificação da posição portuguesa.

Mas o episódio de ontem pode ser também significativo de outro ponto de vista. A Indonésia tem procurado evitar que a discussão sobre Timor-Leste se processe, mas, apesar disso, têm-se multiplicado as condenações internacionais. A Indonésia erigiu como seu objectivo estratégico número um, a nível diplomático, a eleição para a presidência do Movimento dos Não Alinhados e a condição prévia do seu êxito seria o silêncio sobre Timor-Leste; a Indonésia falhou na sua tentativa. A acção dos cinco países de expressão oficial portuguesa foi neste particular um exemplo de articulação e de sucesso.

É comprensível que a Indonésia esteja mais preocupada e que os defensores da integração de Timor-Leste se sintam menos à vontade.

Para nós, portugueses, isto deve apenas significar que ainda devemos continuar a acreditar na eficácia da censura internacional e nas possibilidades de uma intensa, persistente e hábil actuação diplomática.

País sem ambições nem complexos coloniais, Portugal pode e deve aceitar todas as mediações significativas, seguir todas as vias que sejam susceptíveis de atingirem algum acordo substancial. Condição prévia, porém, é que o direito internacional seja obedecido, a Carta das Nações Unidas aplicada, a autodeterminação do povo de Timor Leste conseguida.

Neste sentido, e perante os votos apresentados pelo PRD e pelo PCP, sugerimos que sobre os acontecimentos ontem ocorridos no Parlamento Europeu todos os partidos aqui representados consigam elaborar e chegar a acordo quanto a um texto alternativo (penso até que já foi distribuído um projecto pelas diferentes bancadas) que vincule, ao mesmo tempo, todos os grupos parlamentares e esta Comissão Permanente da Assembleia da República na apreciação que faz de tudo quanto aconteceu e da solidariedade pelas iniciativas dos deputados portugueses e pela essencialidade da questão.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uso da palavra para apoiar o projecto de declaração apresentado por todos os partidos e que vai ser posto á votação desta Comissão Permanente e, ao mesmo tempo, dizer duas palavras.

Em primeiro lugar, quero repudiar a maneira insolente como o deputado inglês se referiu ao povo português, aos seus legítimos interesses, à sua história e aos seus representantes no Parlamento Europeu.

O referido deputado não representava a sua bancada, pelo que foi exautorado imediatamente pela direcção do seu grupo parlamentar, foi-lhe retirada a palavra

pelo Presidente do Parlamento e foi substituído na declaração por outro deputado da mesma bancada. Desta forma, nós, CDS, não podemos culpar um partido que é nosso amigo, um partido que tem dado provas de grande amizade por Portugal e de grande compreensão pelos nossos interesses e pela nossa história. Foram palavras infelizíssimas e tresloucadas de um deputado, que se atreveu a chamar de mafiosos os Portugueses.

Naturalmente que há incidentes destes em todos os parlamentos, mas ficaria mal ao Parlamento Português, depois de o País ter tomado conhecimento desta gravíssima ofensa, não dizer duas palavras, uma de repúdio por tal e outra felicitando a direcção do Grupo Parlamentar Conservador pela maneira como exautorou o deputado que ofendeu a honra e a dignidade de Portugal e dos deputados portugueses.

A minha segunda palavra é de apoio, de solidariedade e de congratulação pela maneira como todos os deputados portugueses presentes em Estrasburgo souberam defender os nossos interesses, como se soubessem opor, por serenidade, com inteligência, com dignidade, à ofensa recebida e como souberam fazer vingar, com inteligência — digo-o mais uma vez — e com conhecimento dos factos, repor a verdade sobre Timor-Leste.

Não sabemos ainda qual o resultado da votação que aí decorre, mas estamos certos de que qualquer parlamento no mundo não deixará de condenar atitudes como as que ontem presenciamos e não deixará de subscrever a nossa tese de que Timor-Leste é território habitado por pessoas com dignidade, com a mesma dignidade do deputado que ontem nos ofendeu, que querem ter direito à sua autodeterminação, que querem o respeito pela sua história multissecular e que querem ser no mundo um povo com um estatuto de plena autonomia, de independência e de autodeterminação.

O Sr. Presidente: — Para usar da palavra sobre esta matéria, tem a palavra o representante do Partido Comunista Português.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que se passa neste momento no Parlamento Europeu, em torno das diligências em curso relativas à situação de Timor-Leste, é extremamente importante e a opinião pública nacional segue com atenção a acção, a iniciativa, o empenho que os deputados portugueses aí têm tido, com vista à condenação da presença de forças indonésias em Timor-Leste, à necessária liberalização do acesso de observadores estrangeiros àquele território e à garantia de participação dos representantes do povo maubere nas negociações sobre o seu futuro.

O que sucedeu ontem poderia ter ensombrado gravemente toda a actividade desenvolvida não fosse a reacção firme de repúdio dos deputados portugueses, logo no momento, calando o Sr. Deputado conservador britânico Brian Cassidy, que, como referiram, insultou o povo português e o povo maubere, o povo de Timor-Leste.

Neste quadro, achamos, e por isso o propusemos, que a Assembleia da República, reunida neste momento na sua Comissão Permanente, deveria manifestar o seu apreço por essa acção dos deputados portugueses e a

sua solidariedade com o repúdio firme que no momento souberam exprimir em nome de todos nós, em nome da Nação Portuguesa, em nome dos interesses de Portugal e do povo de Timor-Leste.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há momentos em que a noção do valor e da importância do interesse nacional se sobrepõe manifestamente às naturais divergências de ideologias e de objectivos partidários.

Este é, seguramente, um desses momentos, vivido em sintonia tanto pelos deputados portugueses no Parlamento Europeu como pelos parlamentares nacionais na Assembleia da República.

E se essa sintonia, para além de congregar no mesmo estado de espírito todos os grupos parlamentares e todos os partidos políticos, permite também congregar no mesmo estado de espírito todos os órgãos de soberania é porque todos estamos conscientes dos graves problemas que afectam o povo de Timor-Leste.

Todos estamos empenhados no mesmo objectivo de preservar e garantir os direitos do homem, assegurar a liberdade de acesso para informações objectivas e isentas acerca do que se passa no território e garantir o direito à autodeterminação por parte do povo maubere.

São estes grandes objectivos que mobilizaram numa mesma atitude de indignação os deputados portugueses no Parlamento Europeu, perante a descabida acusação e insolência do deputado conservador britânico. E é essa mesma atitude de rejeição desse insulto — que é um insulto feito a valores essenciais, partilhados pelo direito internacional — que também aqui nos mobiliza, no mesmo estado de espírito e na mesma afirmação de princípio.

Saibamos, com a aprovação do voto que vamos fazer, mobilizar esse mesmo estado de espírito, na defesa desses princípios, para conseguirmos, no plano internacional, mover boas vontades no sentido de assegurar a defesa dos direitos que há tanto tempo Portugal procura assegurar para o povo de Timor-Leste.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar de eu já ter feito uma intervenção, não podia de maneira alguma deixar de manifestar a solidariedade do Partido Ecologista Os Verdes com o modo como os deputados portugueses ao Parlamento Europeu reagiram ao insulto feito ao povo português e ao povo maubere. Nesse sentido, vamos votar favoravelmente o voto apresentado, que é, penso eu, já um voto de todos os partidos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como se entende, a Mesa está a permitir que os representantes de todos os partidos se pronunciem sobre uma matéria que é autónoma e, nesse sentido, dou a palavra ao Sr. Deputado Marques Júnior, que a havia solicitado.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PRD apoia com grande entusiasmo este voto, que naturalmente votará favoravelmente, o

qual representa o consenso desta Câmara relativamente à importância do debate sobre Timor-Leste que neste momento está em curso no Parlamento Europeu.

Repudiamos o incidente com que ontem, infelizmente, se pretendeu ensombrar este debate e louvamo-nos muito especialmente, permitam-me que o diga, pela dignidade dos deputados portugueses ao Parlamento Europeu.

O PRD, não tendo, por razões que são de todos conhecidas, qualquer representante nessa instância, gostaria de pedir autorização para se rever na atitude dos deputados portugueses, pela sua reacção imediata e firme, que corresponde a sentimentos profundos na defesa do interesse de Portugal. Nesse sentido, não só subscrevemos com muito entusiasmo este voto consensual para todos os partidos como abdicamos do voto que havíamos apresentado inicialmente, porque entendemos que assim correspondemos de uma forma mais real e mais cabal àquilo que foi o comportamento — e sublinho-o mais uma vez — altamente meritório dos nossos representantes.

Afirmo isto até pelas imagens que a televisão pôde transmitir e que revelaram, naturalmente, um sentimento muito profundo, que ninguém conseguirá calar.

Como cidadão, ao ver a televisão, senti-me revisto naquela atitude muito firme e imediata dos deputados portugueses ao Parlamento Europeu e nesse momento senti orgulho, como em muitos outros momentos, em ser português e em ser representado por aqueles deputados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai ser lida a declaração sobre o debate da situação de Timor-Leste no Parlamento Europeu.

Foi lida. É a seguinte:

Declaração sobre o debate da situação de Timor-Leste no Parlamento Europeu

Considerando a relevância da iniciativa que neste momento se debate no Parlamento Europeu e representa uma clara reafirmação dos princípios do direito internacional em vigor; considerando a particular gravidade dos insultos proferidos na sessão de ontem daquele Parlamento; considerando o respeito que nos merece a determinação do estatuto político dos povos e a sua prática; considerando o exemplar comportamento dos deputados portugueses naquele parlamento e a imagem de unidade na defesa da dignidade das posições nacionais e dos interesses do povo português, a comissão Permanente da Assembleia da República repudia o incidente verificado e propõe uma declaração de apoio e solidariedade para com aqueles deputados e de comprometimento desta Assembleia na defesa dos direitos do povo de Timor-Leste.

Srs. Deputados, vamos proceder à sua votação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência da ID.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, o Partido Comunista Português apresentou um requerimento, nos termos do ar-

tigo 182.º, n.º 3, alínea a), da Constituição da República e da alínea a) do artigo 44.º do Regimento, do seguinte teor:

Os Deputados abaixo assinados propõem que seja dirigido um convite ao Sr. Ministro das Finanças no sentido de tomar parte dos trabalhos da Comissão Permanente, com o objectivo de prestar esclarecimentos sobre a política de rendimentos e preços, a execução orçamental de 1988 e a preparação do Orçamento do Estado para 1989.

Trata-se de um requerimento sobre o qual a Comissão, como todas as comissões, terá de tomar a sua posição. Sendo assim, vamos proceder à sua votação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP, do PRD, do CDS e de Os Verdes.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamento profundamente o resultado da votação a que se acaba de proceder, depois de há pouco o Sr. Presidente ter referido que fazíamos um convite. Nesse sentido, o Sr. Ministro seria convidado, como é habitual, a vir à Assembleia da República prestar as informações que lhe fossem solicitadas e, inexplicável e inadmissivelmente, na nossa opinião, o Grupo Parlamentar do PSD inviabilizou a possibilidade de um grupo parlamentar, através do Sr. Presidente da Assembleia da República, dirigir um convite ao Sr. Ministro das Finanças.

É inadmissível, Srs. Deputados do PSD, que tomem esta posição, que impeçam a Assembleia da República, através da Comissão Permanente, de ser esclarecida sobre questões tão importantes para a vida nacional como a execução do Orçamento do Estado para 1988, a política de rendimentos e preços, os níveis de inflação e a preparação do Orçamento do Estado para 1989.

É inadmissível, volto a repetir, Srs. Deputados! De facto, isto abre uma nova situação política que teremos de analisar, nomeadamente na Comissão Permanente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Mendes Bota, para uma declaração de voto desejo dizer que efectivamente a Sr.ª Deputada disse que eu faria seguir o requerimento. Porém, o que fiz foi ler brevemente e nisso cometí um lapso, pelo que não tenho qualquer relutância em afirmar que o cometí.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compreendemos que o Partido Comunista queira dar algum calor ao Outono, dado que o Verão foi muito frio em termos políticos.

Compreendemos que o PCP queira aproveitar a sequência e o impacte da Festa do Avante...

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... e trazer aqui propostas que provoquem algum bulício.

Nesta «carta-requerimento», que o PCP endereçou ao Presidente da Assembleia da República, está inherentemente algo que o PSD não pode deixar passar. Trata-se de uma forma íntima de tentar provocar aqui uma interpe-

lação ao Governo, ao arreio das normas regimentais, ao arreio das competências desta Comissão Permanente. Não serve de nada os senhores virem dizer que já se abriu, em tempos, um precedente, com o Ministro Leonardo Ribeiro de Almeida, porque pensamos que esse não é o caminho regimental a seguir.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito mal!

O Orador: — Existem outros caminhos regimentais e o Partido Comunista Português não quis segui-los.

O PCP pretende apenas fazer alguns floreados e nesta matéria tem uma posição muito diferente da do Partido Socialista, que já aqui anunciou a sua intenção de provocar...

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Pedir esclarecimentos.

O Orador: — ... uma interpelação sobre a política económica do Governo aquando da abertura da nova sessão legislativa. Essa é uma tomada de posição coerente, perfeitamente legítima, que aceitamos, no uso dos direitos regimentais de um grupo parlamentar.

O PCP pretende apenas fazer aqui algum «foguetório», algum floreado, de que nós não temos medo. O Governo, dentro dos seus deveres legais e constitucionais, veio sempre à Assembleia da República, nunca se furtou. Nenhum governo como o do PSD veio tantas vezes a esta Câmara dar as explicações que foram necessárias para que a Assembleia da República cumprisse o seu mandato. Estas são formas encapotadas de pretender lançar ficticiamente achas para o incêndio da política, o qual não ajudaremos de forma alguma a atear nem a manter. Esses incêndios, não! Apagá-los-emos logo à partida! Por isso apagámo-los aqui mesmo!

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É apenas para apresentar dois lamentos, sendo o primeiro relativo ao facto de ter sido apresentada a ideia de um convite — que o Sr. Presidente, inclusivamente, terminou por subscrever —, não se tendo permitido sequer ao Sr. Ministro ou ao Governo tomar uma decisão sobre a matéria.

Há uma parte da Câmara que está interessada em ouvir o Governo e pedir-lhe esclarecimentos, mas não se sabe se o Sr. Ministro está ou não interessado em dá-los, se considera oportuno o momento de os trazer a esta Casa. Pensamos que o é, dada a proximidade da apresentação do Orçamento do Estado, e os Srs. Deputados do PSD interpretam não só o sentir desta Câmara mas também o pensamento do Sr. Ministro e do Governo.

Lamento...

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Não! Somos autónomos!

O Orador: — Sr. Deputado, V. Ex.ª está em condições de interpretar o pensamento do Sr. Ministro Cadilhe, mas garanto-lhe que não está em condições de interpretar o meu! Assim, deixe-me expô-lo!

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Não temos que interpretar nada!

O Orador: — Portanto, lamento que a Mesa tenha acedido ao convite e lamento também que o Governo não tenha sido ouvido, mesmo por qualquer processo fácil, por via telefónica, por exemplo, que o Sr. Ministro Cadilhe não se tenha pronunciado.

Se aquilo a que acabámos de assistir foi, mesmo de forma indirecta, a voz do Sr. Ministro Cadilhe a dizer que tem receio de vir a esta Casa, então calo-me, porque o meu protesto talvez não tenha razão! Agora, se não é, impediram o Sr. Ministro de vir aqui fazer mais um dos seus «brilharetos» e explicar-nos porque é que a inflação está como está, porque é que a dívida está como está, porque é que o País começa a estar como está ...

Uma voz do PSD: — E está muito bem!

O Orador: — Apresento estes lamentos em nome da minha bancada e do PS e lamento também que já se comece a interpretar desta forma o pensamento dos membros do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — E não viram nada!...

O Sr. Presidente: — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito rapidamente, direi apenas que votámos favoravelmente a proposta apresentada porque entendemos que ela se enquadra perfeitamente no âmbito das competências da Comissão Permanente — no artigo 44.º, n.º 1, alínea a), do Regimento diz-se que compete à Comissão Permanente «acompanhar a actividade do Governo e da Administração» — e porque, efectivamente, têm vindo a público declarações muito diversas do Sr. Ministro das Finanças relativamente a uma problemática económica em que os índices referenciados têm leituras também diferenciadas consoante os parceiros sociais, por um lado, e os membros do Governo, por outro. Pensamos que, no cabal

cumprimento da função que cabe a esta Comissão Permanente, no momento em que o Plenário da Assembleia da República não está reunido, tal se enquadrava perfeitamente nas competências da Comissão Permanente e, nesse sentido, entendímos útil que houvesse esse contacto com o Ministro das Finanças porque, repito, do nosso ponto de vista, tal enquadrava-se perfeitamente nas competências da Comissão Permanente.

O Sr. João Amaral (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, a questão é muito simples. Fui solicitado, designadamente pelo Sr. Deputado Mendes Bota, para, através de outras possibilidades, chamar o Sr. Ministro Cadilhe. Ora, uma das possibilidades será a de a Comissão Permanente convocar uma reunião plenária para uma sessão de perguntas ao Sr. Ministro.

Interpelo, pois, o Sr. Presidente no sentido de saber se podemos votar desde já essa proposta ou se ela terá de ser agendada para a próxima reunião e, no caso da segunda hipótese, anuncio desde já que faremos, na próxima reunião, propostas concretas. O Sr. Ministro Cadilhe há-de dizer se quer ou não vir aqui, sem a tutela do seu grupo parlamentar.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Somos nós que dizemos!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos entendidos sobre isso. O decorrer desta reunião da Comissão Permanente permitiu-nos entender a situação.

A próxima reunião da Comissão Permanente será quinta-feira, dia 22, às 15 horas, e às 10 horas e 30 minutos desse dia terá lugar uma conferência de líderes, tal como hoje aconteceu.

Está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 10 minutos.

OS REDACTORES: Maria Leonor Ferreira — José Diogo.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicase que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 72\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.